



GRUPO RENDIMENTO

BALANÇO ANUAL - 2018

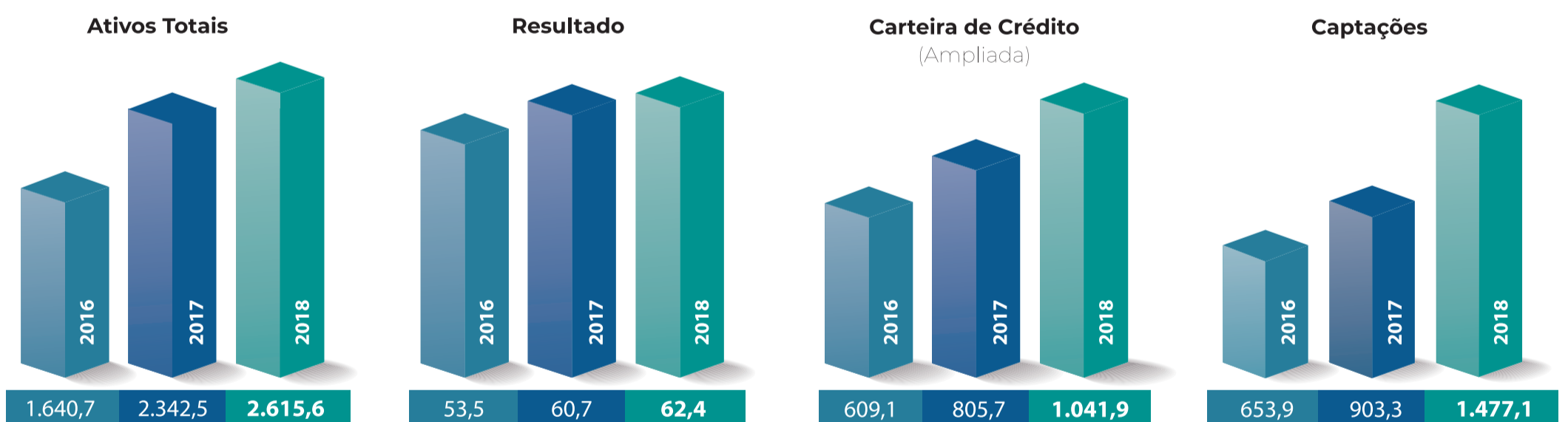


Solidez e Excelência nos Resultados

Formado pelas empresas Banco Rendimento, Cotação e Agillitas, o **Grupo Rendimento** apresenta excelentes resultados, reafirmando sua experiência em câmbio, crédito, investimentos e soluções de pagamentos.

Estes resultados são reflexo de uma estratégia segura, focada na inovação de suas linhas de negócios, alto investimento em tecnologia e excelência no relacionamento com seus clientes.

Principais Indicadores (em milhões de Reais)



Resultado

R\$ 62,4

Retorno sobre o PL*

24,60%

Índice Basileia

14,21%

Ativos Totais

R\$ 2.615,6

Patrimônio Líquido

R\$ 309,4

Fitch Ratings

A-

* Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio do Banco Rendimento.

www.rendimento.com.br | www.cotacao.com.br | www.agillitas.com.br

Ouvidoria Rendimento: ouvidoria@rendimento.com.br ou 0800 722 0132 (das 9h às 18h, dias úteis).



Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos as Demonstrações Financeiras, relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes.

A Instituição

O Banco Rendimento é focado em operações de câmbio financeiro e turismo, sendo um dos maiores fornecedores de papel moeda para o mercado, importando e exportando uma grande variedade de moedas. Oferece aos seus clientes serviços como transferências internacionais, recebimento de recursos do exterior, remessas, abertura de conta corrente em moeda estrangeira e cartões pré-pagos nacionais e internacionais. Atua como Banco comercial desenvolvendo operações de crédito para empresas do "Middle Market", nas modalidades de empréstimos e descontos, fianças, repasses do BNDES e comércio exterior.

Mensagem da Administração

Conjuntura Econômica

O ano de 2018 foi marcado por extrema volatilidade. Apesar de ter começado com uma certa estabilidade e prometendo a retomada do crescimento depois de um longo período de recessão, as denúncias de corrupção, a greve dos caminhoneiros e as eleições gerais no segundo semestre praticamente paralisaram a economia nacional.

No cenário externo, as tensões da guerra comercial entre Estados Unidos, China e Europa, a efetivação de novas tarifas prejudicaram os mercados emergentes em função do fortalecimento do dólar e das barreiras comerciais. Consequentemente o crescimento das principais economias foi reduzido gerando um forte ajuste nos preços dos ativos, queda acentuada na cotação do petróleo, recuo das bolsas e fechamento da curva de juros americana.

No Brasil houve uma forte volatilidade, com a desvalorização da moeda em 14,5%. A firme atuação do Banco Central no controle da inflação com uma taxa de juros em patamares baixos em 6,5%, permitiu que o IPCA fechasse em 3,8% no período, abaixo da meta.

Apesar da atividade econômica seguir com alto índice de ociosidade, principalmente na área industrial, alguns indicadores estão apresentando sinais positivos, como confiança, emprego e crédito. A nossa projeção é de um crescimento para 2019 de 2,5%, com a gradual retomada da atividade e perspectiva de melhoria fiscal, em um ambiente de inflação abaixo da meta de 4% e taxa Selic em torno de 6,5%.

Principais destaques

Com a inflação controlada e a taxa de juros baixa, continuamos acreditando na retomada da economia, e por esta razão investimos a partir de 2018 em importantes evoluções qualitativas nos nossos negócios e na consolidação da base dos nossos produtos, fortalecendo e ampliando ainda mais o relacionamento com os nossos clientes. Seguimos a estratégia de diversificar nossa atuação no portfólio de câmbio e crédito para serviços e aquisição.

O lucro líquido do exercício de 2018 foi de R\$ 53,2 milhões, aumento de 7,6% em relação ao exercício de 2017, motivado pelo crescimento das carteiras de crédito e câmbio. No mesmo período, o Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio (ROAE) foi de 24,6% a.a. e a Margem Bruta cresceu em 11,8%.

A captação encerrou o exercício com saldo de R\$ 1,4 bilhão variação positiva de 63,5% em relação ao exercício de 2017. O saldo da carteira de crédito ampliada no exercício de 2018 foi de R\$ 1 bilhão, 29,3% acima do registrado no ano de 2017.

O índice de vencidos há mais de 90 dias da carteira de crédito, inclusive parcelas vencidas, situou-se em 0,39%.

O segundo semestre apresentou as seguintes evoluções: aumento de 6,2% no lucro líquido, o ROAE situou-se em 24,6%, a margem bruta evoluiu em 7,1%, o volume de captações aumentou 12,5% e a carteira de crédito cresceu 31%, e contamos hoje com 1.220 colaboradores em todo o Brasil.

Balanços Patrimoniais Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Notas	2018	2017	PASSIVO	Notas	2018	2017
Circulante		2.090.302	2.005.557	Circulante		1.151.302	1.440.892
Disponibilidades	4	311.309	329.158	Depósitos	12	402.839	372.606
Aplicações interfinanceiras de liquidez		721.296	463.729	Depósitos à vista.....		217.269	148.695
Aplicações no mercado aberto.....	4 e 5	721.296	458.562	Depósitos interfinanceiros.....		46.570	53.569
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	5	-	5.167	Depósitos a prazo.....		139.000	169.786
Títulos e valores mobiliários	6	-	185.669	Captações no mercado aberto		3.854	4.269
Carteira própria.....		-	113.054	Carteira própria.....		3.854	4.269
Vinculados a operações compromissadas.....		-	4.270	Recursos de aceites e emissão de títulos	13	71.337	52.471
Vinculados a prestação de garantias.....		-	68.345	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares.....		71.337	52.471
Instrumentos financeiros derivativos	7a	109	567	Relações interdependências		7.753	-
Instrumentos financeiros derivativos.....		109	567	Relações com correspondentes.....		7.753	-
Relações interdependências		195.109	78.677	Relações interdependências		46.337	78.851
Pagamentos e recebimentos a liquidar.....		193.779	77.741	Recursos em trânsito de terceiros.....		46.337	78.851
Créditos vinculados ao Bacen.....		1.288	904	Obrigações por empréstimos	13	10.631	10.419
Relações com correspondentes.....		42	32	Empréstimos no exterior.....		16.371	10.419
Operações de crédito		436.855	401.741	Obrigações por repasses no país - Instituições oficiais	13	41.850	33.665
Sector Privado		436.855	401.741	BNDES.....		35.989	29.398
Operações de crédito.....	8	443.675	411.920	FINAME.....		5.861	5.307
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa).....	8	(12.820)	(10.179)	Outras obrigações		560.961	889.157
Outros créditos		418.277	534.482	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados.....		2.144	1.535
Carteira de câmbio.....	9	268.552	366.359	Carteira de câmbio.....	9	213.868	604.337
Rendas a receber.....		1.418	1.566	Sociais e estatutárias.....		15.965	9.496
Negociação e intermediação de valores.....	7a	-	42	Fiscais e previdenciárias.....	14a	49.989	39.305
Diversos.....	10	150.215	171.378	Negociação e intermediação de valores.....	7a	614	228
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa).....	8	(1.948)	(4.863)	Diversas.....	14b	278.281	234.256
Outros valores e bens		7.347	11.534	Exigível a longo prazo		1.165.315	631.126
Outros valores e bens.....		5.565	10.176	Depósitos	12	1.017.373	510.657
Despesas antecipadas.....		1.782	1.358	Depósitos a prazo.....		1.017.373	510.657
Realizável a longo prazo		426.319	241.059	Recursos de aceites e emissão de títulos	13	1.558	3.328
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	24.882	20.972	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares.....		1.558	3.328
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....		24.882	20.972	Obrigações por repasses no país - Instituições oficiais	13	55.855	32.951
Títulos e valores mobiliários	6	98.777	-	BNDES.....		50.574	28.237
Carteira própria.....		53.676	-	FINAME.....		5.081	4.714
Vinculados a operações compromissadas.....		3.862	-	Outras obrigações		90.729	84.190
Vinculados a prestação de garantias.....		41.239	-	Diversas.....	14b	90.729	84.190
Relações interdependências		70	12	Resultados de exercícios futuros		275	444
Pagamentos e recebimentos a liquidar.....		70	12	Resultados de exercícios futuros.....		275	444
Operações de crédito		176.047	103.716	Patrimônio líquido	17	231.590	200.901
Sector Privado		176.047	103.716	Capital		107.370	107.370
Operações de crédito.....	8	178.655	106.176	De domiciliados no país.....		107.370	107.370
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa).....	8	(2.608)	(2.460)	Reserva de lucros		124.222	93.535
Outros créditos	10	125.963	116.223	Ajuste de avaliação patrimonial		(2)	(4)
Diversos.....		125.963	116.223				
Outros valores e bens		580	136				
Despesas antecipadas.....		580	136				
Permanente		31.861	26.747				
Investimentos		21.343	21.162				
Participações em controladas - no País.....	11	20.990	21.115				
Outros investimentos.....		353	47				
Imobilizado de uso		9.263	3.908				
Imóveis de uso.....		1.865	1.865				
Outras imobilizações de uso.....		21.192	14.730				
(Depreciações acumuladas).....		(13.794)	(12.687)				
Intangível		1.255	1.677				
Ativos intangíveis.....		7.314	6.907				
(Amortizações acumuladas).....		(6.059)	(5.230)				
Total do ativo		2.548.482	2.273.363	Total do passivo		2.548.482	2.273.363

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 e Semestre findo em 31 de Dezembro de 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

Saldos em 31 de dezembro de 2016	Reservas de Lucros		Ajustes de valor Patrimonial	Lucros Acumulados	
	Legal	Outras		Total	Total
Capital.....	3.719	51.860	(32)	162.917	162.917
Lucro líquido do exercício.....	-	-	28	49.426	49.426
Ajustes de avaliação patrimonial.....	-	-	-	-	28
Constituição de reserva legal.....	2.471	-	-	(2.471)	-
Constituição de reserva especial de lucros.....	-	35.655	-	(35.655)	-
Distribuição de dividendos.....	-	(170)	-	-	(170)
Juros sobre o capital próprio.....	-	-	-	(11.300)	(11.300)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	6.190	87.345	(4)	53.207	200.901
Lucro líquido do exercício.....	-	-	2	-	53.207
Ajustes de avaliação patrimonial.....	-	-	-	-	2
Constituição de reserva legal.....	2.661	-	-	(2.661)	-
Constituição de reserva especial de lucros.....	-	37.396	-	(37.396)	-
Distribuição de dividendos.....	-	(9.370)	-	-	(9.370)
Juros sobre o capital próprio.....	-	-	-	(13.150)	(13.150)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	107.370	8.851	(2)	231.590	231.590
Saldos em 30 de junho de 2018	107.370	7.481	(9)	214.830	214.830
Lucro líquido do semestre.....	-	-	7	27.403	27.403
Ajustes de avaliação patrimonial.....	-	-	-	-	7
Constituição de reserva legal.....	1.370	-	-	(1.370)	-
Constituição de reserva especial de lucros.....	-	19.483	-	(19.483)	-
Distribuição de dividendos.....	-	(4.100)	-	-	(4.100)
Juros sobre o capital próprio.....	-	-	-	(6.550)	(6.550)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	107.370	8.851	(2)	231.590	231.590

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

- Contexto operacional**
O Banco Rendimento S.A. ("Instituição") é uma sociedade anônima de capital fechado, em conjunto com suas controladas (conjuntamente denominadas "Grupo Rendimento") tem como objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias, permitidas aos bancos comerciais, inclusive carteira de câmbio, crédito, cartões pré-pagos e o exercício da administração de títulos e valores mobiliários. Os benefícios dos serviços prestados entre as instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.
- Apresentação das demonstrações financeiras**
As demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a partir das diretrizes contábeis definidas pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, sendo adotadas as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), consultantias contábeis no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).
O Banco Rendimento realizou a revisão das classificações de contas em 2018 para melhor apresentação, e para fins de comparabilidade, as seguintes rubricas e saldos foram reclassificados em 31 de dezembro de 2018:
Demonstração do resultado (i)

Descrição	31 de dezembro de 2018	
	Saldos apresentados (171.559)	Saldos Reapresentados (171.559)
Outras receitas/despesas operacionais	-	-
Outras despesas administrativas.....	(100.402)	20.775
Outras despesas operacionais.....	(27.813)	(20.775)
Demais receitas e despesas.....	(43.344)	(43.344)
(i) Para melhor comparabilidade foram realizadas reclassificações de despesas administrativas para despesas operacionais.		
A Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 25 de fevereiro de 2019.		

- Sumário das principais práticas contábeis**
 - Apuração do resultado**
As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro-rata" dia para as de natureza financeira.
As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionados com operações no exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço através dos índices pactuados.
 - Moeda funcional**
As demonstrações financeiras do Banco Rendimento estão representadas em Reais (R\$), que é sua moeda funcional e de apresentação.
 - Caixa e equivalentes de caixa**
Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução nº 3.604/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias da data da aplicação.
 - Aplicações interfinanceiras de liquidez**
As operações pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, deduzido das rendas pertencentes ao período futuro, e as pós-fixadas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. As aplicações em operações compromissadas são classificadas em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.
 - Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos**
De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intencionalidade da Administração, quais sejam:
 - Títulos para negociação: são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
 - Títulos disponíveis para venda: são aqueles que não se enquadraram como para negociação e nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, deduzido dos efeitos tributários;
 - Títulos mantidos até o vencimento: são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.
Os instrumentos financeiros derivativos são contabilizados pelo valor justo e mantidos como ativos quando

- positivos, e como passivos, quando negativos. São reavaliados subsequentemente também a valor justo, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.
- Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa**
As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, que requer análise periódica da carteira e sua classificação em 9 níveis, sendo "A" (risco mínimo) e "H" (risco máximo).
As rendas das operações de crédito vencidas a partir de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.
As operações classificadas no nível "H" permanecem em nível 5 classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo 5 anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.
As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes da renegociação. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas no nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.
A provisão para créditos de liquidação duvidosa, é constituída com base nos critérios definidos pela Resolução nº 2.682/99, sendo fundamentada na análise do saldo em aberto das operações, considerando ainda os valores das garantias, o histórico de perdas e os riscos da carteira, conforme demonstrado na Nota 8.
- Bens não de uso próprio**
São representados basicamente por bens reintegrados e recebidos em dação de pagamento disponíveis para venda, os quais são ajustados por meio da constituição de provisão para desvalorização, quando aplicável, calculada com base na perda histórica de bens não de uso alienados.
- Investimentos**
Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição, deduzidas de provisão para perdas, quando aplicável.
- Imobilizado**
Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos, destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercido com essa finalidade.
Os bens estão registrados ao custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada.
A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 4% a.a. para edificações, 10% a.a. para instalações, móveis e utensílios e sistemas de comunicação e 20% a.a. para os demais itens.
- Intangível**
São compostos por direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade.
- Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (Impairment)**
O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando-se o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período, conforme previsto na Resolução nº 3.566/08.
Os valores dos ativos não financeiros são revistos anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente.
- Depósitos, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissões de títulos e obrigações por empréstimos e repasses**
São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia sendo as de obrigações em moeda estrangeira atualizadas às taxas oficiais de câmbio, vigentes nas datas dos balanços. As captações no mercado aberto são classificadas no passivo circulante em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.
- Imposto de renda e contribuição social**
A provisão para o imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) é calculada à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é calculada pela alíquota de 20% para as instituições financeiras, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL para as instituições financeiras, foi elevada de 15% para 20% para o período-base compreendido entre 1 de setembro

Índice de Basileia

Os requerimentos mínimos do Patrimônio de Referência, do Nível I e do Capital Principal, são apurados com base no Conglomerado Prudencial, de acordo com a Resolução nº 4.280/13, através de metodologias definidas nas Resoluções nºs 4.192/13 e 4.193/13, do Conselho Monetário Nacional.
Nesse contexto estão abrangidas as áreas de Riscos, Compliance, Segurança da Informação e Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Comb

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

6. Títulos e valores mobiliários**a) Composição por classificação**

	2018			2017		
	Valor de Custo	Valor de Mercado	Ajustes a Mercado	Valor de Custo	Valor de Mercado	Ajustes a Mercado
Títulos disponíveis para venda						
Carteira própria - Livres	53.678	53.676	(2)	113.068	113.054	(14)
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	53.678	53.676	(2)	113.068	113.054	(14)
Vinculados a operações compromissadas	3.862	3.862	-	4.271	4.270	(1)
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	3.862	3.862	-	4.271	4.270	(1)
Vinculados a prestação de garantias	41.241	41.239	(2)	68.355	68.345	(10)
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	41.241	41.239	(2)	68.355	68.345	(10)
Total de títulos disponíveis para venda	98.781	98.777	(4)	185.694	185.669	(25)
Total de títulos e valores mobiliários	98.781	98.777	(4)	185.694	185.669	(25)

b) Composição por vencimento

	2018		2017	
	Acima de 12 meses	Total	Até 12 meses	Total
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	98.777	98.777	185.669	185.669
Total	98.777	98.777	185.669	185.669

Os títulos públicos, custodiados no Selic foram ajustados a valor de mercado, sendo efetuada a comparação com as taxas divulgadas pela ANBIMA, em contrapartida à conta de ajuste de valor patrimonial, no patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, perfazendo o montante negativo de R\$ 2 (R\$ 4 em 2017).

7. Instrumentos financeiros derivativos

O Banco Rendimento opera com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção ("Hedge") contra o risco de mercado, que decorre principalmente das flutuações das taxas de juros e cambial. O gerenciamento da necessidade de "Hedge" é efetuado com base nas posições consolidadas por moeda. Dessa forma, são acompanhadas as posições de Dólar e de Reais subdivididas nos diversos indexadores (pré, TR, IGP-M e TJLP). Os instrumentos financeiros derivativos utilizados são, necessariamente, os de alta liquidez, dando-se prioridade aos contratos futuros do B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, que são avaliados pelo valor de mercado, por meio dos ajustes diários.

a) Composição analítica das operações**Contratos de mercado futuro**

Representadas por contratos de mercado futuro que, conforme determinação do Bacen, são registrados em contas de compensação pelo valor do contrato atualizado pelo índice de variação das taxas pactuadas.

	2018		2017	
	Valor de referência	Ajuste diário a receber(pagar)	Valor de referência	Ajuste diário a receber(pagar)
Contratos de futuros (i)				
Posição comprada				
Dólar	34.907	(283)	74.769	23
Euro	-	-	7.942	19
Total posição comprada	34.907	(283)	82.711	42
Posição vendida				
Dólar	44.245	(331)	7.792	(228)
Total posição vendida	44.245	(331)	7.792	(228)
Total Contratos de Futuro	79.152	(614)	90.503	(186)

(i) Os ajustes diários, de contratos futuros a pagar no valor de R\$ 614 (R\$ 186 a pagar em 2017), encontram-se registrados na rubrica de Negociação e Intermediação de Valores. Estas operações foram custodiadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

Contratos a termo NDF

A carteira de contratos a termo de moeda sem entrega física - NDF (Non Deliverable Forward) registrada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão é assim assumida:

	2018		2017	
	Valor de referência	Valores a receber	Valores a pagar	Posição líquida
Termo de moedas:				
Posição comprada				
Euro x Dólar	71.000	97	-	1.645
Dólar x Dólar Canadense	2.882	35	-	(21)
Dólar x outras moedas	6	-	-	-
Total posição comprada	73.888	132	-	1.624
Posição vendida				
Euro x Dólar	26.625	-	(68)	(1.002)
Libra Esterlina x Dólar	2.480	3	-	(55)
Dólar Australiano x Dólar	2.735	42	-	42
Dólar x outras moedas	46	-	-	-
Total posição vendida	31.886	45	(68)	(1.057)
Total NDF	105.774	177	(68)	567

b) Composição por vencimento

	2018		2017	
	Até 3 meses	Total	Até 3 meses	Total
Contratos de futuro - Compra	34.907	34.907	-	-
Contratos de futuro - Venda	44.245	44.245	-	-
Contratos a termo - Compra	73.888	73.888	-	-
Contratos a termo - Venda	31.886	31.886	-	-
Total	184.926	184.926	-	-

c) Margem de garantia

São dados como margem em garantia para a realização das operações com instrumentos financeiros derivativos, os ativos apresentados a seguir:

	2018	2017
Vinculados a prestação de garantias		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (Nota 6)	41.239	68.345
Total	41.239	68.345

d) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

Os resultados obtidos com as operações de instrumentos financeiros derivativos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, estão demonstrados a seguir:

	2018			2017		
	Receita	Despesa	Líquido	Receita	Despesa	Líquido
Futuros	185.698	(170.557)	15.141	113.213	(115.379)	(2.166)
Operações a termo - NDF	1.811	(5.589)	(3.778)	6.005	(1.536)	4.469
Total	187.509	(176.146)	11.363	119.218	(116.915)	2.303

8. Operações de crédito

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as operações de crédito estavam assim representadas:

a) Composição da carteira de crédito

	2018	2017
Operações de crédito		
Capital de giro	355.529	260.940
Conta garantida	113.000	118.073
BNDES/FINAME	97.714	67.010
Financiamento em moeda estrangeira	23.628	14.512
Títulos descontados	13.730	21.072
Cheque especial	10.301	9.131
Crédito direto ao consumidor	5.759	6.030
Confissão de dívida	3.809	332
Recuperação judicial	2.468	3.968
Crédito pessoal	1.600	2.783
Adiantamento a depositantes	456	670
Cédula de crédito de exportação	336	10.054
Hot Money	-	3.337
Total	628.330	518.056

Outros créditos

Adiantamentos sobre contrato de câmbio (nota 9)	54.035	12.937
Rendas a receber (nota 9)	701	186
Títulos e créditos a receber - com características de concessão de crédito (nota 10)	99.658	134.485
Devedores por compra de valores e bens	524	-
Total das operações de crédito	154.918	147.608

Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(15.428)	(12.639)
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(1.949)	(4.863)
Total da provisão para créditos de liquidação duvidosa	(17.376)	(17.502)

b) Composição da carteira - por tipo de cliente e atividade

	2018	2017
Pessoa jurídica - Setor privado:		
Comércio	160.069	198.165
Serviços privados	133.712	107.018
Construção e imobiliário	116.719	80.105
Máquinas e equipamentos	63.701	60.798
Transportes	39.375	35.855
Educação, saúde e outros serviços sociais	53.572	25.666
Alimentos e bebidas	31.868	6.863
Agropecuário	31.148	3.171
Madeira e móveis	29.839	18.259
Financeiro	24.914	19.629
Químico e petroquímico	21.136	27.981
Mineração	19.680	344
Têxtil e confecções	12.750	22.129
Automotivo	11.457	3.786
Outros	21.743	41.780
Total	770.883	651.549
Pessoas físicas	12.565	14.155
Total da carteira	783.448	665.704

c) Composição da carteira por vencimento

	2018	2017
Vencidas:		
Acima de 14 dias	18.595	24.992
A vencer:		
até 90 dias	255.445	320.089
de 90 a 365 dias	330.098	214.447
acima de 365 dias	179.110	106.176
Total da carteira por vencimento	783.248	665.704

d) Concentração da carteira

	2018	%	2017	%
10 maiores devedores	225.658	28,81%	172.501	25,91%
50 seguintes maiores devedores	430.003	54,90%	310.215	46,80%
100 seguintes maiores devedores	113.803	14,53%	134.031	20,13%
Demais devedores	13.784	1,76%	48.957	7,26%
Total da carteira	783.248	100,00%	665.704	100,00%

e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, está distribuída entre os seguintes níveis de risco:

Nível de Risco	2018				
	% Provisão	A vencer	Vencidas (1)	Total	Provisão (2)
A	0,5	404.824	-	404.824	(3.082)
B	1,0	268.917	15.101	284.018	(2.840)
C	3,0	68.318	52	68.370	(2.051)
D	10,0	14.627	89	14.715	(1.472)
E	30,0	113	1.271	1.384	(415)
F	50,0	195	127	322	(161)
G	70,0	7.496	40	7.536	(527,6)
H	100,0	163	1.916	2.079	(2.079)
Total		764.653	18.595	783.248	(17.376)

Nível de Risco	2017 (3)				
	% Provisão	A vencer	Vencidas (1)	Total	Provisão (2)
A	0,5	488.638	-	488.638	(2.827)
B	1,0	80.750	2.124	82.874	(829)
C	3,0	56.517	1.845	58.362	(1.751)
D	10,0	2.409	17.892	20.241	(2.024)
E	30,0	295	257	552	(165)
F	50,0	3.205	1.681	4.886	(2.443)
G	70,0	8.835	125	8.960	(6.272)
H	100,0	63	1.128	1.191	(1.191)
Total		640.712	24.992	665.704	(17.502)

(1) A coluna "Vencidas" refere-se ao saldo contábil das operações vencidas acima de 14 dias.

(2) Em 2018 foi constituída provisão adicional no montante de R\$ 1.058 (R\$ 384 em 2017), com base principalmente na expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao mínimo requerido pela regulamentação vigente.

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa apresentou as seguintes movimentações:

	2018	2017
Saldo Inicial	(17.502)	(20.702)
Constituição	(16.972)	(18.728)
Reversão	4.955	2.921
Reais de créditos contra prejuízo	12.143	19.007
Saldo Final	(17.376)	(17.502)

g) Créditos renegociados e recuperados

Os créditos renegociados, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, totalizaram R\$ 14.710 (R\$ 20.336 em 2017). Os créditos recuperados, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, totalizaram R\$ 1.184 (R\$ 8.998 em 2017).

9. Carteira de câmbio

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a carteira de câmbio do Banco Rendimento está formada como segue:

	2018	2017
Ativo Circulante		
Câmbio comprado a liquidar	134.475	287.740
Direitos sobre venda de câmbio	134.818	332.146
(-) Adiantamentos em moedas nacionais recebidas	(1.402)	(253.713)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota 8a)	701	186
Total do ativo circulante	268.592	366.359
Passivo Circulante		
Câmbio vendido a liquidar	133.106	330.843
Obrigações por compra de câmbio	134.797	286.431
(-) Adiantamento de contrato de câmbio (nota 8a)	(54.035)	(12.937)
Total do passivo circulante	213.868	604.337

10. Outros créditos - diversos

	2018	2017
Circulante		
Impostos e contribuições a compensar	21.507	17.410
Títulos e créditos a receber - com características de concessão de crédito (nota 8a)	99.658	134.485
Títulos e créditos a receber - sem características de concessão de crédito (i)	5.997	5.465
Devedores diversos	3.524	581
Crédito tributário - País	13.616	10.844
Outros	5.913	2.608
Total do circulante	150.215	171.378
Realizável a longo prazo		
Devedores por depósito em garantia (nota 24b)	88.040	82.417
Crédito tributário (nota 15b)	37.468	33.806
Outros	455	-
Total realizável a longo prazo	125.963	116.223

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

concedidas na renegociação e; e) aos custos de recuperação.

A Política de Gestão de Risco de Crédito define claramente as diretrizes no tocante a adoção de medidas corretivas e de planos de ação que possibilitem a identificação e mitigação de possíveis perdas ou riscos de crédito. A política aplicada pelo Banco fundamenta-se na exigência de garantias compatíveis com o risco de contraparte e pela seleção de clientes que apresentem capacidade financeira para honrar os compromissos de crédito contratados.

O processo de tomada de decisões e a definição da política de crédito garantem maior eficiência e otimização das oportunidades de negócios. Para a concessão de crédito, tanto no varejo como no atacado, as decisões são avaliadas em comitê de acordo com os limites de alçada e análise econômico-financeira do cliente, visando garantir a criteriosa observação do risco das operações.

e) Estrutura de Gerenciamento de Capital

A estrutura do Conglomerado Rendimento para gerenciamento e monitoramento contínuo de capital, possibilita identificar a capacidade do Patrimônio de Referência em suportar, nos períodos futuros, todos os riscos que possam advir dos negócios realizados no Grupo, com a alavancagem dos respectivos portfólios, através de mecanismos que permitem a preservação do capital em níveis superiores aos requeridos e em conformidade com o ambiente normativo regulatório.

Com o objetivo de mensurar os riscos não previstos nas metodologias de cálculo padronizadas, são realizadas simulações de cenários de estresse para avaliação de fontes para manutenção do nível de capital, através da utilização de ferramentas específicas de controle e práticas de mercado.

A estratégia de negócios da organização está registrada no Plano Trienal de Capital, aprovado pela Alta Administração, por meio da realização de projeções do índice de Basileia e de simulações de cenários de estresse, em que são considerados os riscos não previstos nas metodologias de cálculo.

Nesse Plano de Capital são contempladas as expectativas do triênio, com base no Conglomerado Prudencial, através de projeções de receitas, despesas e das posições patrimoniais, estimando-se a compatibilidade futura do índice de Basileia.

f) Prevenção à "Lavagem" de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo

O Banco Rendimento conta com instrumentos de controle, políticas, normas, processos e sistemas específicos de monitoramento nas operações com clientes, fornecedores e parceiros, através de seus produtos e serviços, a fim de prevenir, detectar, evitar e combater a "lavagem" de dinheiro oriunda de atividades ilícitas, inclusive aquelas ligadas aos casos de corrupção e terrorismo.

A participação frequente da Administração, na prevenção e detecção à "lavagem" de dinheiro e ao combate ao

financiamento do terrorismo, assegura a sinergia entre as diversas áreas de negócios e controle e o contínuo acompanhamento das atividades realizadas no grupo, com a definição de políticas aderentes às melhores práticas nacionais e internacionais, visando evitar o uso da estrutura do Grupo para fins ilícitos.

g) Responsabilidade Socioambiental

A gestão do Risco Socioambiental no Banco Rendimento estabelece princípios, diretrizes e procedimentos e define ações mitigadoras nos negócios realizados no Grupo, nas relações de trabalho e com o mercado, clientes, fornecedores e público interno, nos termos definidos na Resolução nº 4.327/14 do CMN, bem como os procedimentos da Lei Anticorrupção descritos na Política de Responsabilidade Socioambiental, dando ênfase aos padrões de conduta e código de ética.

Os mecanismos de gestão das práticas de controle, identificação e mitigação de perdas associadas aos riscos socioambientais, principalmente na concessão de crédito, encontram-se devidamente definidos com base em estratégias e diretrizes aprovadas pela Diretoria e visam disseminar procedimentos que devem ser observados por todo corpo funcional no relacionamento com clientes, parceiros e fornecedores, possibilitando a efetiva aplicabilidade nas relações de negócios.

h) Risco Reputacional

A gestão do risco reputacional no Banco tem por objetivo estabelecer níveis adequados de supervisão sobre possíveis impactos econômicos, negativos, na condução dos negócios para os quais estão envolvidos o corpo funcional, parceiros, clientes e acionistas.

A política e os procedimentos bem como o monitoramento e identificação desse risco tem como premissa a percepção da primeira linha de defesa, reportada para a área de gestão de riscos e compliance, visando possibilitar a adoção de medidas mitigatórias e tornar mais eficiente o controle e a supervisão do risco reputacional, a fim de definir o alcance, a gestão e o controle desses riscos e o alinhamento às expectativas dos grupos de interesse e sua aderência aos requerimentos legais.

i) Risco de Segurança Cibernética

A área de Segurança da Informação trabalha continuamente para melhorar a estratégia de Segurança Cibernética e Proteção de Dados, de forma a mitigar os riscos e proteger a empresa e seus clientes de ameaças e vulnerabilidades que possam comprometer a confidencialidade, disponibilidade e integridade das informações. A área tem como prioridade seguir regulamentações e aplicar as melhores práticas de segurança cibernética, para prevenir ataques em infraestrutura de TI e sistemas, com monitoramento contínuo do ambiente de tecnologia e avaliações periódicas de ameaças e de controles relacionados à segurança cibernética.

27. Limites operacionais

O Patrimônio de Referência mínimo requerido para o RWA está a seguir demonstrado, de acordo com os normativos em vigor:

	2018	2017
Patrimônio de Referência - PR	291.655	265.634
Ativo Ponderado pelo Risco	2.052.778	2.270.807
Risco de crédito - RWA _{CND}	1.437.999	1.452.029
Risco de mercado - RWA _{MFD}	71.847	291.132
Risco de exposição cambial - RWA _{CAM}	47.162	271.568
Risco de taxas de juros - RWA _{JURJ}	1.322	1.310
Risco de cupom de moedas - RWA _{JURZ}	23.363	18.255
Risco operacional - RWA _{OPAD}	542.932	527.645
Patrimônio de Referência mínimo requerido para o RWA	177.052	210.050
Margem sobre o PR considerando a R_{BAN}	113.922	54.302

O índice de Basileia na data base de 31 de dezembro de 2018, para o Conglomerado Prudencial, apurado de acordo com o estabelecido nas Resoluções nºs 4.192/13 e 4.193/13, concentrou-se em 14,21% (11,70% em 2017).

28. Eventos subsequentes

Em 24 de janeiro de 2019 houve aumento de capital no montante de R\$ 122.630 mil, sendo R\$ 77.999 mil realizados pela incorporação de reserva de lucros e R\$ 44.631 mil de aporte.

A DIRETORIA

FLAMINIO OLIVEIRA FERREIRA - Contador - CRC 1RS067739/O-6 S-SP

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e aos Administradores do
Banco Rendimento S.A.
 São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Rendimento S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Rendimento S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com

nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como

obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2019.

 **ERNST & YOUNG**
 Auditores Independentes S.S.
 CRC-2SP034519/O-6

Dario Ramos da Cunha
 Contador
 CRC-1SP214144/O-1